

Segunda Parte

A REPRODUÇÃO DA FAMÍLIA OPERÁRIA

XI – A Ideologia da Procriação

Antes de pensar o filho como multiplicação, bênção, problema econômico, obstáculo ao desfrute do lazer, ou outra razão qualquer, prosaica ou elevada, a mulher do povo tende a pensá-lo como o fruto natural da sua existência. As noções de mulher e procriação complementam-se, como necessárias. A mulher prossegue a sua realização, como mulher, pela procriação. Uma senhora de 49 anos, mãe de 15 filhos e mais 2 adotivos, com as óbvias dificuldades econômicas da mãe operária, fala no significado da maternidade nos seguintes termos: "eu digo pras minhas filha que a saúde vem dos filho"¹. A mesma fala reaparece nas declarações de uma mãe de santo de um terreiro de umbanda existente no bairro operário Alvorada. Com 40 anos, mãe de 6 filhos, ela diz: "eu tive seis filhos e acho uma boa conta. Filho é saúde. Ele limpa o corpo da mulher"². Como se depreende dessas afirmações, pode haver uma ideologia sobre a procriação que não tem qualquer relação direta com as condições sociais de vida. Antes de pensar o filho segundo as razões sociais mais imediatas, a mulher pode pensá-lo em termos do que lhe parece a sua realização, a sua liberdade. É claro que podemos encontrar, por sob essa idéia de mulher, alguma determinação social ditada pelas relações e estruturas sociais nas quais ela vive, ou viveu. Inclusive poderíamos alegar que a mulher que pensa o filho como fonte da sua saúde, como realização natural, estaria, em última instância, impregnada seja da idéia de bênção, seja do universo cultural comunitário, no qual a procriação tende a ser sinônimo de prosperidade. Mas essas interpretações não impedem que aquelas afirmações indiquem uma idéia de procriação que não está, nem mediata nem imediatamente, determinada pelas exigências da prática social, político-econômica, do presente.

É claro que a prática sexual, como atividade lúdica, exercício de liberdade, ou procriação, não se exerce de modo colado às exigências da prática social (político-econômica). Há valores culturais e padrões de comportamento, de cunho religioso, educacional, étnico-racial, político, econômico ou outro, que, ou propiciam aquela colagem, ou provocam o desencontro entre a prática sexual e a prática social, entendida esta como prática político-econômica. São Múltiplas e heterogêneas as mediações que permeiam o percurso das pessoas entre a usina, o canavial e as manifestações da libido. As condições culturais que permeiam e organizam o trabalho e os dias das pessoas, na usina, no canavial, na casa, no descanso, estão elas próprias permeadas dos ideais e das influências de agências e agentes ideológicos os mais variados. Além do usineiro, fazendeiro, empreiteiro, capataz,

fiscal, assistente social e outros agentes do processo produtivo, cotidianos no horizonte intelectual do trabalhador, há também outros agentes e agências. Há a igreja e o padre, o terreiro de umbanda e o chefe do terreiro, a medicina e o médico, a escola e o professor, a televisão e a telenovela. Em graus variáveis, todos estão inseridos nas relações sociais cotidianas dos trabalhadores, para ajudá-los a salvar o seu corpo e a sua alma dos seus desacertos e, às vezes, dos desacertos dos outros. Tudo isso entra na vida cotidiana do trabalhador, tornando complexas e heterogêneas as relações entre o sentido da sua prática sexual e o sentido da sua prática social.

Não é fácil avaliar a influência da ideologia do professor e do conteúdo do ensino de 1ª e 2ª graus na prática sexual das pessoas do proletariado. Em primeiro lugar, o pessoal do ensino provém principalmente da classe média urbana. Leva consigo, às classes e aulas, a sua maneira peculiar de ver e avaliar as coisas e as pessoas. Em segundo lugar, o conteúdo do ensino é estabelecido pelos agentes e agências educacionais do governo federal, estadual ou municipal. Isso significa que o conteúdo do ensino é definido com base numa concepção de "cidadania" que se funda nas razões de Estado, antes do que nas exigências peculiares das relações sociais neste ou aquele município, ou lugar. A combinação desses dois característicos da escola e do professor, ou do ensino, que explica a forma pela qual a "questão sexual" é mais ou menos uma questão proibida, ou muito difícil, nas escolas de 1ª e 2ª graus. Mas é evidente que por trás dessa proibição, ou dificuldade de abordagem da questão sexual, há uma ideologia mais ou menos articulada do que deve ser a prática sexual do adolescente e do adulto. Vejamos o que nos diz o diretor de um grupo escolar e ginásio; pessoa de 35 anos. E o que fala a diretora de um Instituto de Educação, pessoa de cerca de 45 anos. Respectivamente, são estas as suas declarações: a) "Não há nenhuma orientação sexual, a não ser esporadicamente e isso nas classes mais adultas (ginásio que funciona no noturno). O que temos são orientações individuais na medida em que certos problemas surgem: há grande promiscuidade na população (filhos naturais são comuns, evidenciados pela certidão de nascimento só com o nome da mãe). Geralmente a criança conta o (mau) exemplo de casa e o professor orienta para não seguir esse exemplo". A troca e inconstância de pais, as crianças até já aceitam." b) "Há, mas muito por cima; não temos orientador educacional e geralmente é o professor de biologia que dá a orientação. Os alunos têm muito interesse e perguntam, mas como o assunto é delicado é dada uma explicação até certo nível, esperando que amadureçam. Existe o namoro, mas a diretora chamou a atenção de um casal para não namorar na escola por respeito com os colegas, sobretudo, menores. Já apareceu um caso de menina grávida (no segundo colegial, com 15 ou 16 anos), mas 'aconteceu lá fora'; no caso, os pais quiseram o casamento do casal e a menina acabou perdendo o nenê logo depois de casar. A maioria casa porque as famílias se reúnem"³.

É claro que o médico exerce a sua influência sobre as práticas sexuais a partir dos ensinamentos da medicina. Mas é necessário reconhecer que esses ensinamentos variam, substituem-se, progridem, ou modernizam-se, segundo os desenvolvimentos da indústria dos medicamentos, utensílios e equipamentos. Daí porque a idéia de planejamento familiar pode implicar tanto na difusão da pílula anticoncepcional como na realização da cesariana para aproveitar a ocasião e amarrar as trompas da paciente. Baseado nos ensinamentos da medicina e em razões "humanitárias", em geral o médico preconiza a limitação de filhos para os cônjuges operários que aparecem nos consultórios, clínicas, ambulatórios, hospitais ou maternidades. Alegam que se justificam a pílula e outros recursos da tecnologia da medicina, a fim de fazer com que o número de filhos seja proporcional aos recursos de que a família dispõe para mantê-los.

Um médico ginecologista e obstetra, de 35 anos, com 4 filhos, diz que o tamanho da família em Sertãozinho tem diminuído de modo notável. "O pessoal antigo tinha 15 a 20 filhos e a impressão é de que os filhos não estão acompanhando os pais: as famílias agora têm 2, 3 e com 4 filhos já acham ruim". E explica a limitação dos filhos nos seguintes termos: "acho que a razão é econômica, a maioria que corta cana, mal ganha para viver; a primeira providência é diminuir os filhos para diminuir os gastos". E acrescenta: "todos falam no problema de limitar os filhos; 80% das mulheres que terminam uma gravidez querem limitar, ou pelo menos não ter outro imediatamente, e eu oriento: se é para ter filhos em condições precárias, é melhor não ter. Eu ajudo mesmo com remédios"⁴.

Outro médico, cirurgião e clínico, com cerca de 45 anos e pai de 4 filhos, faz as seguintes observações: "Há 20 anos era comum encontrar-se famílias com 12, 15 filhos; hoje é raro, mas se

encontra mais no meio rural: é uma questão de nível social. Há 30 anos a zona rural de Sertãozinho era grande, hoje há muito êxodo rural. Antigamente as fazendas tinham 50-80 famílias de colonos. Hoje quando têm 3 filhos já pedem para ligar as trompas, nem querem mais a pílula. As pessoas de baixo nível aceitam quando a gente propõe a operação". E acrescenta: "As pessoas não limitam mais por condição social e econômica: não têm condições financeiras de comprar a pílula"⁵.

Também não é fácil caracterizar a influência das igrejas e seitas, padres e mães de santo nas práticas sexuais do proletariado da agroindústria açucareira de Sertãozinho. Além da diversidade e dos desencontros entre as recomendações de uns e outros aos seus seguidores, é difícil conhecer o modo pelo qual os ensinamentos piedosos transformam-se em práticas sexuais. A espiritualidade da fala do padre e da mãe de santo nem sempre reaparece na espiritualidade da libido. Mas é inegável que ambas relacionam-se, influenciam-se, em algum grau. Inclusive as igrejas e seitas acompanham, de algum modo, o espírito do tempo. Segundo o médico ginecologista e obstetra já mencionado: "Acho que antigamente a religião era um fator inibidor sobre o uso do MAC: hoje a Igreja parou de falar há uma série de padres que falam na pílula; a Igreja está evoluindo"⁶.

Um vigário do Município de Sertãozinho revela muito bem esse *aggiornamento* entre o seu modo de pensar e as razões do planejamento familiar. É claro que ele encontra razões doutrinárias para justificar os seus ensinamentos aos casais que ele orienta em questões de família. Sugere que a *Humanae Vitae*, encíclica lançada pela Santa Sé a propósito do assunto não impede que o padre procure adequar os seus ensinamentos às situações particulares. "Cada caso é um caso. Cada mulher tem uma constituição diferente, muitas são desreguladas e só o médico pode saber o que aconselhar em cada caso. Eu sempre digo: cabe aos casais e não ao padre o planejamento familiar. ... Para mim, se o casal em sua consciência acha que só pode ter dois filhos, tenha dois filhos. ... Eu sou muito liberal nesse sentido. A lei foi feita para o homem e não o homem para a lei. ... Muitos católicos ainda se sentem culpados quando evitam filhos e acusam isso no confessionário como pecado. Às vezes é gente que já tem seis, sete filhos, a mulher toma pílula e se sente culpada. ... Eu absolvo quem se acusa de estar tomando a pílula e digo para continuar tomando. Sobretudo os mais pobres são mais resistentes à nova orientação da Igreja, eu acho mesmo que aqui em Sertãozinho a Igreja (católica), das religiões é a mais liberal neste aspecto. ... uma vida familiar digna não pode dispensar o planejamento familiar"⁷.

Ao referir-se às posições das várias igrejas e seitas, em face da produção de filhos, isto é, do planejamento familiar, o referido vigário faz a seguinte observação: "Os crentes e mesmo a Umbanda são muito aferrados à idéia antiga de que um grande número de filhos é uma bênção, um dom de Deus que não se deve recusar. ... É gente que veio da roça, sempre viveu na roça, com aquelas famílias grandes, muitos irmãos, aprenderam que é assim e demoram a mudar"⁸. De fato, a atitude das mães e pais de santo, em face da procriação, parece um pouco o que seria a atitude do referido vigário, antes da onda neo-malthusiana orquestrada por governantes e suas agências. O pai de santo de um centro de umbanda criado há seis anos no bairro Alvorada, na cidade de Sertãozinho, diz que os filhos devem nascer "sempre conforme a natureza". É contrário a qualquer método artificial, pílula ou aborto, para o controle da natalidade. "O espiritismo condena, pois a pessoa tem de adquirir filho, que é o determinado por Deus, do contrário diminui o número de cristão nesse mundo. Se a pessoa quer evitar filho, deve de seguir a natureza. A natureza é uma coisa perfeita, os homens devem de respeitar as suas leis, que é a vontade de Deus. Mesmo uma moça solteira que por acaso pegou um filho, mesmo que traz problema, tem de aguentar o problema. Deixa nascer"⁹. Já é um pouco diversa a recomendação de uma mãe de santo de um terreiro de umbanda situado no mesmo bairro Alvorada. Note-se que esse é provavelmente o principal bairro operário da periferia da cidade de Sertãozinho. Ali habita boa parte de famílias de trabalhadores temporários, bóias-frias, da agroindústria açucareira do Município. Ela tem 40 anos, é casada, com seis filhos. Diz que se deve controlar a natalidade segundo a "natureza". E refere-se a um método de controle que seria mais natural. "A pílula é coisa contra Deus. As coisa deve ser como a natureza. Pode muito bem funcionar sem a pílula, não pode? É só seguir o período certo, dez dias antes, dez dias depois. O certo é esse. ... Eu acho que para evitar filho tem tanto outro jeito de acordo com a natureza, que não precisa nada dessa história de comprimido"¹⁰.

Não é, pois, unânime o pensamento dos responsáveis pelas igrejas e seitas. A prática sexual, enquanto prática da procriação, é vista sob diferentes óticas. Há a idéia de que filho é uma benção de Deus. Mas também a idéia de que o controle da natalidade pode ser exercido segundo a "natureza". E também há a idéia de que as modernas técnicas de controle podem ou devem ser aplicadas, desde que se trate de atender às peculiaridades da "natureza da mulher".

Essas posições, ou as suas variantes não deixam de guardar alguma congruência com as posições dos tecnocratas da saúde, ou os agentes da indústria médica. Eles alegam razões "humanitárias" ou econômicas, para justificar o uso das mais variadas técnicas de controle da reprodução da classe operária.

Sim, independentemente das razões morais, humanitárias, religiosas ou econômicas de médicos, professores, padres, pais ou mães de santo e governantes, é inegável que o que está em jogo nisso tudo é a reprodução da classe operária. A despeito das complexas, heterogêneas ou contraditórias mediações culturais que estão em jogo nas condições de procriação das famílias operárias, é inegável que a indústria médica, a sistemática do ensino formal e as direções dos ensinamentos das igrejas e seitas não nascem das condições e interesses das famílias operárias; em geral elas se impõem às famílias operárias. É verdade que estas famílias não são passivas; elas reagem segundo os seus interesses, as suas condições de vida. Mas é inegável que a sua ideologia sobre a procriação, ou sobre a reprodução social da classe operária, é bastante influenciada pela ideologia que os médicos, os professores, os padres, os pais e mães de santo, os representantes do poder público, divulgam em seus conselhos, recomendações, pílulas ou outras técnicas de atuação.

Notas

- (1) Entrevista colhida por Antonio Flávio de O. Pierucci, *Entrevistas*, p. 4.
- (2) Entrevista colhida por Antonio Flávio de O. Pierucci, *Entrevistas*, p. 19.
- (3) Entrevistas colhidas por Micaela Krumholz, *Entrevistas*, pp. 3 e 6.
- (4) Entrevista colhida por Micaela Lrumholz, *Entrevistas*, pp. 20 e 21. Cabe lembrar aqui que o recenseamento de 1970 registrou que um pouco mais de 63 por cento das famílias do Estado de São Paulo compunham-se de uma a cinco pessoas. O mesmo censo registrou que chegavam a um pouco mais de 71 as famílias do Município de Sertãozinho compostas de uma a cinco pessoas. Fonte: IBGE, *Censo Demográfico*, 1970.
- (5) Entrevista colhida por Micaela Krumholz, *Entrevistas*, pp. 25-26.
- (6) Entrevista colhida por Micaela Krumholz, *Entrevistas*, p. 24.
- (7) Entrevista colhida por Antonio Flávio de O. Pierucci, *Entrevistas*, pp. 14-16
- (8) *Ibidem*, p. 15
- (9) Entrevista colhida por A.F. de O. Pierucci, *Entrevistas*, p. 22.
- (10) *Ibidem*, pp. 18-19.

XII – Trabalho e Multiplicação

Não foi o tamanho da família que se reduziu no Município de Sertãozinho. Foi a prática sexual que ganhou outra definição social. Ao ganhar outra definição social, a prática sexual passou a produzir famílias de tamanho menor. Ao modificarem-se as condições da prática social (basicamente político-econômica), modificaram-se as condições da prática sexual, como intenção lúdica, exercício da liberdade ou reprodução. É verdade que o tamanho da família tem se reduzido no Município de Sertãozinho. "O número de filhos está diminuindo, tanto no campo como na cidade. Isso eu posso afirmar porque este é o único cartório civil"¹. Se tomarmos três gerações de casais com filhos, podemos observar que a geração mais velha teria tido cerca de duas vezes mais filhos do que a seguinte e três vezes mais do que a geração mais jovem. Essa relação pode variar. E de fato varia, segundo o grupo social, étnico, racial, a confissão religiosa, a classe social, o grau de urbanização dos valores culturais e padrões de comportamento assumidos pelos cônjuges etc.. Em geral, no entanto, diminuiu de modo notável o tamanho da família no Município de Sertãozinho. É que se modificaram as condições da prática sexual, como prática subordinada à prática organizada pelas relações e estruturas político-econômicas vigentes no lugar.

Antes, sob a cafeicultura, nos começos do Século XX, o mundo social era basicamente rural. O colono organizava a sua vida social segundo o andamento do ciclo do capital agrário. De permeio às relações capitalistas de produção, havia um universo cultural de cunho comunitário. Ao lado das relações de produção, nas quais se articulavam o fazendeiro e o colono, havia a possibilidade de que o colono organizasse a sua vida, ou a vida da sua família, de modo a explorar mais ou menos o trabalho assalariado, a horta, a criação, o quintal. Nesse contexto, a multiplicação dos filhos era mais ou menos diretamente a multiplicação de braços produtivos. A família grande poderia ser um modo de gerar poupanças com as quais o chefe da família, ou seu sucessor, poderia comprar um sítio, ou abrir um negócio.

Depois, sob a agroindústria açucareira, nos anos 1945-75, o mundo social passa a ser basicamente urbano. O operário rural e o operário da usina organizam a sua vida social segundo o andamento do ciclo do capital agroindustrial. De permeio às relações capitalistas de produção, há um inverso cultural de cunho societário. Esse é o reino do contrato. Ao lado das relações de produção, nas quais se articulam o usineiro, o fazendeiro, o operário agrícola e o operário da usina, não há a possibilidade de que os operários organizem a

sua vida de modo diferente das exigências estritas do ciclo da reprodução do capital agroindustrial. Tanto assim que os operários são classificados em residentes e não residentes, permanentes e temporários. O bóia-fria, pau-de-arara ou volante, nasce com o desenvolvimento do capital agroindustrial, sob o qual a força de trabalho adquire a sua forma mais acabada de força produtora de mais-valia. Sob o capital da agroindústria açucareira, a força de trabalho é contratada na rigorosa escada determinada pelas exigências da reprodução do capital. Agora, a vida social do trabalhador está mais amplamente determinada pela vida do capital. São as exigências da prática social (basicamente político-econômica) determinada pela agroindústria que determinam as condições da prática sexual. O trabalhador pode ser solteiro; e há necessidade de trabalhador solteiro sem laços que o fixem no espaço social ou ecológico. É verdade que a usina necessita de alguns trabalhadores residentes, preferivelmente com suas famílias, estáveis, sossegados, fixados. Mas a usina e o canavial necessitam também de trabalhadores móveis, ágeis, transferíveis, contratáveis segundo as conveniências da ocasião, da safra, do corte da cana, da moagem. Nessas condições, a prática social torna a subjugar a prática sexual, como intenção lúdica, exercício da liberdade ou procriação. Nas usinas e canaviais "as crianças perturbam o trabalho", diz um gerente de usina. Reciprocamente, o operário da agroindústria açucareira vê a procriação em termos econômicos. E parece decidir pelo número de filhos principalmente com base em motivos econômicos. Uma senhora de 30 anos, casada há 9 anos, diz que teve 13 irmãos. Mas tem apenas 3 filhos. "Três está bom". Não quer mais, porque a vida está custosa. "Os filhos querem de tudo: calçado, roupa nova do jeito deles e tá tudo caro; eles vêm ao mundo para dar falta das coisas"².

Na forma pela qual se deu a expansão do capitalismo no Município de Sertãozinho, houve ali ampla urbanização das relações sociais, desde as relações econômicas às de família. Em algumas décadas, os valores culturais e os padrões de comportamento peculiares do mundo urbano impuseram-se e generalizaram-se no mundo rural. Nos canaviais e usinas consomem-se a novela de televisão e a pílula anticoncepcional, da mesma forma que todas as relações sociais tendem a ser regidas pelo contrato. Em 1975, no Município de Sertãozinho, não há mais o mundo rural: tudo se acha urbanizado. Desenvolveram-se as relações de produção e as forças produtivas, o que fez diversificarem-se as atividades sociais, acentuar-se a divisão social do trabalho, aumentar a importância do proletariado, acelerar a circulação de mercadorias e idéias. Em Sertãozinho o campo virou cidade. Houve uma espécie de "secularização" generalizada das relações sociais, dos valores culturais, dos padrões de comportamento. Diminuiu a importância do universo comunitário, da igreja, do padre, do fazendeiro, do valor de uso, ao mesmo tempo que aumentou a importância do universo societário, da televisão, do INPS, do FUNRURAL, do agente da burocracia estatal, do valor de troca. O contrato universalizou-se como modo de organizar as relações básicas entre as pessoas, sejam as relações de trabalho, na usina ou canavial, sejam as relações sexuais, na família. A educação formal, a profissão, a carteira de trabalho, o salário regular e outros fatos da vida do trabalhador ganham preeminência sobre o compadrio, o parentesco, a confissão religiosa, a identidade étnica. Essa transição tem sido revelada pelas pessoas mais antigas do lugar. A senhora de um alfaiate relata uma parte desse processo. Ela pertenceu a uma família de 14 filhos. Mas teve apenas 4 filhos. E diz: "Sertãozinho, em 1934, não tinha nada, era uma cidadezinha pequena, com carros de tração animal. As pessoas eram todas conhecidas, era uma grande família. Parecia só uma família, não tinha também essa população toda, agora tem muita gente de fora, de Minas, Bahia. Antes vinham sozinhos, agora vêm com a família, trabalhar nas usinas. Hoje as famílias têm muito menos filhos. Minha mãe teve 14, eu tive 4, não dá prá criar tantos, cada um faz economia como pode. Tenho três filhos casados, dois têm 2 filhos, o outro 3. Era bom aquele tempo, uma sociedade italiana. Aquela festa, casamentos, a sinceridade na amizade, valia a pena viver. Eram muitos católicos, uma piedade; agora está mais ou menos, tem muitos crentes, protestantes e espíritas. Agora tem festividades, o carnaval é muito bom e animado, tem clubes. As famílias, hoje, mudaram a tradição antiga, há menos amizade. Não se conhece mais ninguém, não se tem aquele convívio, não se visita mais como antes. Agora se vive dentro da família. As famílias ainda são gente caridosa, gente muito boa"³.

Ao mesmo tempo "despovoa-se" e urbaniza-se o campo. À medida que se expande o capital agroindustrial, que aumenta a composição orgânica do capital nos negócios da cana, reduz-se o contingente de trabalhadores residentes nas áreas dos canaviais e das usinas. Esse processo aparece

na fala de uma senhora de 41 anos de idade, analfabeta, cujos filhos trabalham no corte da cana e cujas filhas são prostitutas. Diz que "agora no campo tem pouca gente morando. Todo mundo trabalhava na roça, os patrão começou mandá todo mundo embora por causa do seguro, do abono, das aposentadorias, aí todo mundo se acudiu na cidade"⁴.

Esse é o contexto no qual o sexo ganha nova subordinação às relações de produção. "Secularizam-se" as relações entre os sexos. Isto é; a procriação passa a subordinar-se, sob nova forma, às exigências ou às possibilidades do andamento das relações de trabalho. A figura do padre perde o seu halo sagrado, ou mágico, de quem tudo sabe e legitima perante Deus e os homens. A generalização das relações de produção, a mercantilização de todas as relações sociais, reduzem ou mesmo eliminam o caráter sagrado da família, da procriação. Nesse processo, o sexo se emancipa um pouco do mandamento bíblico e passa a ser um pouco mais um exercício do escasso lazer que se aperta entre o trabalho e o sono. "Tão cansado que nem cheiro de mulher a gente sente", diz um operário rural.

São várias; e muitas vezes heterogêneas, as razões que os trabalhadores da usina e do canavial alegam para reduzir o número de filhos, em comparação com os filhos tidos por seus pais e avós. Dizem que filhos pequenos dão muito trabalho; que impedem a mãe de trabalhar na lavoura ou outra atividade. Além do mais, trata-se de ter poucos filhos para aliviar uma economia doméstica de poucos recursos. Também influi a ambição de educar os filhos e dar a eles melhores condições de vida. A criação dos filhos limita a liberdade da mulher, para trabalhar fora da casa, emancipar-se das tarefas domésticas, desfrutar de alguma "liberdade". No mundo operário, no qual imperam o contrato, o valor de troca, o trabalho excedente, a mais-valia e o confronto crescente com a máquina, o operário é levado a conceber a família como um grupo social em sofrência. Além do custo da criação, não é certo que o número de braços aumenta o ganho. Há o emprego incerto, as flutuações sazonais do emprego, o controle do processo produtivo pelo empreiteiro, capataz, fiscal, fazendeiro, usineiro. Sob o capital agroindustrial, a multiplicação dos braços garante apenas a multiplicação das bocas; não garante a multiplicação do ganho. Todos os momentos das relações de produção estão rigorosamente organizados segundo as exigências da reprodução do capital. E isso está explícito na legislação por meio da qual o governo instaura a harmonia entre o capital e o trabalho na agroindústria canavieira: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Estatuto da Lavoura Canavieira, INPS, FUNRURAL, legislação sindical etc. As principais esferas da existência do operário, da usina e do canavial, estão rigorosamente organizadas segundo as exigências da reprodução do capital agroindustrial. Trata-se de um capital agrário e industrial que continuamente se articula e rearticula no sentido da concentração-centralização, no sentido do crescente aumento da composição orgânica do capital. Esse processo é, em boa parte, organizado e incentivado pela ação governamental. Nesse processo, o proletariado, na usina e no canavial, vê crescer apenas o poder do usineiro e do governo.

O que está em jogo, na agroindústria açucareira, é a crescente elevação da composição orgânica do capital. Isto é, aumenta a proporção do capital empregado em terras, máquinas, equipamentos, adubos, defensivos, meios de transporte e comunicações, ao mesmo tempo que se reduz a proporção do capital empregado na compra de força de trabalho. Esse processo, em boa parte, está fundado nas relações de produção. À medida que os vendedores de força de trabalho ampliam ou aperfeiçoam a sua capacidade de negociar as condições de trabalho, os compradores de força de trabalho tratam de aperfeiçoar a tecnologia e a divisão social do trabalho, a fim de reduzir a massa de trabalhadores a um grupo menor, mais controlável e produtivo. A expulsão de famílias de operários das usinas e canaviais para a periferia da cidade de Sertãozinho, ou de outros núcleos urbanos, não foi apenas o resultado do redimensionamento, ou ampliação, do mercado consumidor dos derivados da cana-de-açúcar. Esse processo foi e continua a ser, também, o resultado da alteração das relações de produção na agroindústria açucareira. O Estatuto da Lavoura Canavieira (1941), o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (1971), além de outros dispositivos legais, estabeleceram condições de negociação da força de trabalho diversas das que prevaleciam anteriormente. Esse foi o contexto no qual ocorreu, e continua a ocorrer, a realocação social e ecológica das famílias operárias. A partir do momento em que o proletariado rural, ou agroindustrial, ganha novos instrumentos de negociação, o usineiro e o fazendeiro reformulam a organização técnica e social das suas empresas. O problema é reduzir, ou

controlar, a capacidade de barganha dos vendedores de força de trabalho. Essa é a situação na qual ocorre a transformação da massa de colonos, ou trabalhadores residentes, que era a grande maioria nas usinas e canaviais, em: a) trabalhadores residentes e trabalhadores não residentes; b) trabalhadores permanentes e trabalhadores temporários. Modifica-se a estrutura da classe operária. A media que se desenvolvem as relações de produção e as forças produtivas, modifica-se a composição orgânica do capital (na usina e no canavial) e altera-se a estrutura do proletariado da agroindústria açucareira.

Essa é a configuração social, isto é, político-econômica, na qual o usineiro e o proprietário do canavial passam a preocupar-se, sob nova perspectiva, com os seguintes problemas. Em primeiro lugar, a redução relativa do contingente de trabalhadores indispensáveis à continuidade e expansão do processo produtivo. Em segundo lugar, a redução, ao mínimo indispensável, do contingente de famílias de trabalhadores residentes nas terras da usina e do canavial. Em terceiro lugar, contratar trabalhadores na escala estrita das exigências do processo produtivo, ao longo do ciclo do capital agroindustrial: safra e entressafra. Daí a produção de duas categorias básicas de operários nessa agroindústria: o residente e o não-residente. Um deles, o residente, em geral precisa ter família para entrar nessa categoria. O usineiro e o proprietário do canavial preferem, como residentes, os que estão casados. E mesmo acham natural que tenham alguns filhos. O homem casado é mais estável. E mais estável ainda quando tem filhos. Ele se apega à casa e ao lugar, que o usineiro e o proprietário do canavial lhe apresentam como um privilégio. A casa e o emprego permanente capturam o trabalhador, tornando-o mais dócil às condições do comprador da força de trabalho. Essa é a categoria de trabalhadores que é induzida a ser casada, ter filhos, mas não ter senão alguns filhos. Poucos filhos libertam a mulher para o trabalho assalariado. E quando duas pessoas da família trabalham, os seus salários individuais podem ser menores. A outra categoria de trabalhador, o não-residente, este aparece como uma pessoa só, no horizonte do usineiro ou proprietário do canavial. É um tanto secundário que ele tenha família ou filhos. Mais secundário ainda se o não-residente for trabalhador temporário. Quando o trabalhador não-residente é também um trabalhador temporário, então o ideal é que ele seja só. Essa condição torna-o perfeitamente ajustável às estritas exigências do ciclo do capital agroindustrial. Ou melhor, o trabalhador temporário, bóia-fria, pau-de-arara, ou volante é aquele que compõe, ao mesmo tempo, o exército ativo e o exército de reserva de trabalhadores. Ele entra e sai do processo produtivo, exatamente no mesmo andamento desse processo, ao longo das épocas de safra e entressafra.

Notas

- (1) Entrevista realizada por Maria Conceição Quinteiro, *Entrevistas*, p. 31.
- (2) Entrevista colhida por Micaela Krumholz, *Entrevistas*, p. 2.
- (3) Entrevista realizada por Maria da Conceição Quinteiro, *Entrevistas*, p. 10.
- (4) Entrevista realizada por Maria da Conceição Quinteiro, *Entrevistas*, p. 38.

